

Preservar o

patrimônio

(WNI)

por Ângela Bittencourt
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

é sobre a totalidade de seu ativo. O banco pode mudar a configuração desse ativo mas, neste caso, ele estará se afastando do seu próprio papel dentro da economia porque a essência da sua atividade é o dinheiro", reflete.

O receio do economista vem sendo confirmado. A crescente capitalização das empresas — puxada especialmente pelo perfil exportador da economia — associada à expansão de operações informais de compra e venda de dinheiro está promovendo quedas sistemáticas no volume de transações bancárias. O próprio sistema bancário tornou-se um potencial aplicador de recursos, tornando cada vez mais opaca a sua posição de intermediário entre os que têm muito e os que têm pouco dinheiro.

Um levantamento feito por este jornal indica a drenagem maciça de recursos — por "holdings" que administram os maiores bancos — principalmente para a aquisição de ações de empresas; criação de empresas próprias com prioridade para a área de informática, da qual o sistema bancário é o mais destacado usuário; entesouramento de ouro e dólar, viabilizado pelo mecanismo oficial que é a transação de dólar flutuante ou turismo; e, ainda, a compra de imóveis.

A espiral inflacionária tratou, contudo, de tornar alguns mecanismos de "hedge" muito caros. Este é o caso do ouro, do dólar e dos imóveis neste momento. Basicamente, os maiores conglomerados do País são os que ainda detêm posição significativa de imobilizado sobre o patrimônio líquido. Considerando o patrimônio global dos vinte maiores bancos — por esta rubrica no balanço —, corrigido de dezembro de 1988 até julho deste ano, do total

de NCz\$ 25,93 bilhões apenas 26,4% está imobilizado.

IMOBILIZADO

No caso dos conglomerados de maior porte, a expansão do imobilizado é inevitável, na medida em que são eles os detentores de vastas redes de agências, centros administrativos gigantescos e alguns dos centros de processamento de dados mais avançados do País.

Os bancos mais novos ou mais inclinados a atender à fatia de mercado considerada de atacado dispensam, porém, as amplas estruturas, preferindo engordar os investimentos na informatização. Existem duas justificativas para este posicionamento: como operam fundamentalmente com grandes clientes, este contato vem sendo feito em escala crescente através de terminais de computadores; e os imóveis estão muito caros.

Segundo dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp), nos primeiros seis meses deste ano o preço médio por metro quadrado atingiu 86,15 Valores Referência de Financiamento (VRF) ou NCz\$ 1.125,11 superando 45,35% o valor também médio registrado no Plano Cruzado, que já revelava na época uma alta histórica de 63,14% em relação ao ano de 1985.

CAUTELA NA DIVERSIFICAÇÃO

Embora decididos a diversificar sua atuação, os conglomerados financeiros têm revelado certo cuidado, principalmente no que se refere à aquisição de participação acionária em empresas. As operações são feitas em lotes discretos e normalmente bem distribuídos em determinados períodos de tempo.

Há consenso dentro do próprio sistema que a entrada pesada dos bancos em determinados setores da economia, com poderosa injeção de recursos, dificilmente deixaria de produzir seqüelas.

Por mais que os bancos decidam enfrentar a concorrência e trilhar novos caminhos, eles não conseguem escapar, contudo, da administração direta do dinheiro em caixa. Parte determinante dessa massa de moeda que se multiplica atualmente é uma parcela do patrimônio das instituições, que têm procurado alternativas de indexação para garantir expansão real desse caixa. E nesse caso, os bancos enfrentam dificuldades muito semelhantes às das empresas.

(Ver matéria nesta página)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DECLARADO

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	12/88 — Corrente		12/88 Corrigido para Julho/89*	
	(NCz\$ mil)	(NCz\$ mil)	(NCz\$ mil)	(NCz\$ mil)
1 B. Brasil	3.875.321		11.597.286	
2 Bradesco	1.034.424		3.095.617	
3 Itaú	835.503		2.595.376	
4 Banespa	502.609		1.504.108	
5 Unibanco	253.341		758.148	
6 Econômico	222.209		664.983	
7 Real	220.997		561.356	
8 Bamerindus	198.873		595.147	
9 B.N.B.	197.926		592.313	
10 Mercantil SP	189.894		568.277	
11 Safra	187.499		561.110	
12 Nacional	145.131		434.319	
13 Meridional	138.176		413.505	
14 B.F.B. (Francês)	122.533		366.692	
15 B.C.N.	116.665		349.132	
16 Banrisul	95.592		286.069	
17 Citibank	89.514		267.880	
18 Mercantil Brasil	89.292		267.215	
19 Banestado	78.402		234.626	
20 Sudameris	73.140		218.879	
Total	8.667.041		25.936.988	

(*) Para julho foi estimada uma inflação de 28%.

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

IMOBILIZADO

Instituição Financeira	12/88 corrente		12/88 corrigido para Julho/89*		% Sobre P/L
	NCz\$ mil	% do total	NCz\$ mil	% do total	
1 B. Brasil	592.124		1.771.990		15,3
2 Bradesco	538.831		1.612.565		14,5
3 Itaú	445.220		1.332.365		13,0
4 Banespa	149.507		447.415		29,7
5 Bamerindus	82.928		248.170		41,7
6 Real	66.214		198.152		29,9
7 Citibank	55.250		165.341		61,7
8 Meridional	46.980		140.592		34,0
9 B.N.B.	35.362		105.824		17,8
10 Unibanco	29.527		88.363		11,6
11 Banrisul	28.550		85.439		29,8
12 Mercantil BR	24.908		74.540		27,9
13 Nacional	23.547		71.167		19,2
14 B.F.B. (Francês)	22.070		66.047		30,2
15 Sudameris	21.318		63.796		27,2
16 Banestado	15.720		47.044		7,0
17 Econômico	13.395		40.086		4,5
18 Mercantil SP	5.222		15.627		2,5
19 B.C.N.	4.668		13.969		2,5
Total	2.225.125		6.858.909		26,44

(*) Para julho foi estimada uma inflação de 28%.

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

DÍVIDA INTERNA POR TOMADORES (em US\$ milhões)

	Banco Central		Setor público		Setor privado	
	% do total	% do PIB	% do total	% do PIB	% do total	% do PIB
Dezembro/85	13.800	36,0	10,3			
Dezembro/86	50.100	67,7	20,3			
Dezembro/87	46,8	59,7	27,3			
Dezembro/88	32,3	44,0	26,6			
Maio/89	37,6	37,0	18,1			

(*) Para julho foi estimada uma inflação de 28%.

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

Preservar o patrimônio

GAZETA MERCANTIL

101 AGO 1989

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

A inflação projetada em 2.000% ao ano e expectativa com o resultado da primeira eleição com voto direto à Presidência da República em quase três décadas são os dois principais ingredientes da receita que está iniciando um desaquecimento dos negócios neste segundo semestre.

Empresas e bancos estão com "o pé no freio" e buscam alternativas para dois dilemas. Um imediato e outro de médio prazo:

- Como livrar-se do dinheiro, mas podendo contar com ele a qualquer momento.

- Como proteger o patrimônio já conquistado e que sobreviveu a uma economia em crise quase permanente a partir de 1982.

A preocupação em não perder o que se possui repousa no consenso de que uma overdose de sacrifícios será rateada pela sociedade, independentemente de quem assumir o

comando da economia a partir do resultado das urnas.

Este será o preço do ajuste do setor público, desorganizado em seu tamanho e gastos, mas que indiretamente contribuiu para a expansão da economia privada. Um dos exemplos flagrantes dessa contribuição é a transferência lenta, persistente e brutalmente elevada do endividamento externo, nos últimos anos, com o governo encampando atualmente cerca de 90% da fatura, que é estimada em US\$ 130 bilhões.

Ao insistir na equação de seu problema externo através da obtenção de elevados superávits comerciais, o governo, mais uma vez, colabora para a exuberância da economia privada porque é ela que realiza este superávit, enquanto quem paga a dívida externa é o governo.

Carente de financiamento e com uma pesada conta a pagar, o governo não hesita em rodar a máquina da emissão de moeda e títulos.

Resultado: o setor público, que já possuía um grande credor externo, ganhou outro, no mercado interno, que agrupa grandes empresas e instituições financeiras detentoras de parcela expressiva de uma dívida mobiliária avaliada em US\$ 115 bilhões.

"Não se iludem aqueles que pensam que a economia privada continuará andando a pleno vapor se o governo não se ajustar", adverte o banqueiro Leo Wallace Cochrane Júnior, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).

Cochrane Júnior tem razão, pois o novo governo terá de se modelar para enfrentar uma economia com baixa taxa de investimento; índice de inflação historicamente elevado; e perspectiva de queda de mais de 2% na renda por habitante, que hoje é inferior a US\$ 2.000 e corresponde a cerca de 15% da renda registrada nos países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo o Banco Mundial.

A preocupação com a segurança do patrimônio — avaliado em cerca de NCz\$ 25,9 bilhões para os vinte maiores bancos do País — vem afetando particularmente as instituições, que guardam uma significativa diferença do setor produtivo. Enquanto o patrimônio dos principais grupos industriais é equivalente a suas instalações, equipamentos, maquinários e até estoques de insumos e matérias-primas, o patrimônio dos bancos é traduzi-

do fundamentalmente por dinheiro. E essa é a mercadoria mais vulnerável ao descontrole inflacionário.

Preservar o patrimônio, no caso dos bancos, tornou-se uma ingrata tarefa: transformar dinheiro em um ativo com valor menos perecível. E esse movimento já está produzindo mudança significativa no perfil de algumas instituições, que não hesitam em estender seus tentáculos sobre setores do qual pouco ou nada entendem.

Um dos mais respeitados economistas do País — acreditado por uma sólida vida acadêmica, uma passagem histórica pelo governo e experiência de dez anos no mercado financeiro — considera uma falácia a decisão das instituições de correr seu patrimônio.

Ele observa que um banco estará, de qualquer forma, descoberto no seu ativo, que é financeiro. "A exposição ao risco

(Continua na página 18)